

MINAS GERAIS

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Sul de Minas torna público que os requerentes abaixo identificados solicitaram:

- LAC I - Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação concomitantemente: *Areal Beira Rio Ltda., Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil, Lavras, Perdões e Ribeirão Vermelho/MG, PA nº 4684/2024, Classe 4.
- LAC I - Licença de Operação em caráter Corretivo: *Mult Madeiras Comércio de Madeiras Ltda., Tratamento químico para preservação de madeira, Baependi/MG, PA nº 4691/2024, Classe 4.
- LAS RAS - Licença Ambiental Simplificada: *Laticínios P J Ltda., Fabricação de produtos de laticínios, exceto envase de leite fluido, Ingaí/MG, PA nº 4712/2024, Classe 3.

(a) Frederico Augusto Massote Bonifácio.
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Sul de Minas.

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Sul de Minas torna público que foram requeridas as Licenças Ambientais Simplificadas na modalidade LAS/Cadastro abaixo identificadas, com decisões pelo deferimento, cujo prazo de validade é de 10 (dez) anos: 1. Edson de Resende Junior, Fabricação de móveis de madeira, e/ou seus derivados, com pintura e/ou verniz, Lagoa Dourada/MG, Processo nº 4642/2024. 2. Fortgreen Comercial Agrícola S.A., Formulação de adubos e fertilizantes, Varginha/MG, Processo nº 4649/2024. 3. José Roberto Gomes Ribeiro, Fabricação de móveis de madeira, e/ou seus derivados, com pintura e/ou verniz, Gonçalves/MG, Processo nº 4640/2024. 4. Mineração Primavera Ltda., Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil, Bom Sucesso/MG, Processo nº 4576/2024. 5. Mineração Santo Antônio de Varginha Ltda., Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação, Varginha/MG, Processo nº 4572/2024. 6. Porto de Areia Santa Rita de Cássia Ltda., Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil, Cássia/MG, Processo nº 4672/2024. 7. Posto Rigotti Petrominas Ltda., Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação, Pouso Alegre/MG, Processo nº 4603/2024. 8. Soluções II Indústria e Comércio Ltda., Central de recebimento, armazenamento, triagem e/ou transbordo de sucata metálica, papel, papelão, plásticos ou vidro para reciclagem, contaminados com óleos, graxas ou produtos químicos, exceto agrofóxicos, Santa Rita do Sapucaí/MG, Processo nº 4571/2024. 9. Uai Náutica Indústria e Comércio de Embarcações Ltda., Construção de embarcações e estruturas flutuantes e fabricação de suas peças e acessórios, São Sebastião do Paraíso/MG, Processo nº 4670/2024.

(a) Frederico Augusto Massote Bonifácio.
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Sul de Minas.

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Sul de Minas torna público que foram finalizadas as análises das Licenças Ambientais Simplificadas na modalidade LAS/RAS abaixo identificadas, com decisões pelo deferimento, cujo prazo de validade é de 10 (dez) anos:

1. Minas Rio Mineradora Ltda. - Mina Campo da Cruz e UTM, Lavra a céu aberto - Minerais metálicos, exceto minério de ferro, Poços de Caldas/MG, Processo SLA nº 2396/2024, CONCEDIDA COM CONDICIONANTES. 2. Mineração Rojão Ltda., Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil, Wenceslau Braz/MG, Processo SLA nº 4517/2024, CONCEDIDA COM CONDICIONANTES.

(a) Frederico Augusto Massote Bonifácio.
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Sul de Minas.

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Sul de Minas torna público que foi CONCEDIDA a Licença Ambiental abaixo identificada:

LAC I - Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação concomitantemente: *Mineração Itaci Eireli, Extração de rocha para produção de britas, Carmo do Rio Claro e Alfenas/MG, Processo nº 1270/2024, Classe 3. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES. VALIDADE: 10 (DEZ) ANOS.

(a) Frederico Augusto Massote Bonifácio.
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Sul de Minas.

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Sul de Minas torna pública a revogação das Licenças Ambientais abaixo identificadas:

- LAS CADASTRO - Licença Ambiental Simplificada: 1. Fortgreen Comercial Agrícola S.A., Formulação de adubos e fertilizantes, Varginha/MG, Processo SLA nº 5765/2020, Classe 1. Motivo: Perda de objeto. 2. Nivaldo dos Reis - Sítio Dois Irmãos, Avicultura, Pratápolis/MG, Processo nº 32726900/2018, Classe 2. Motivo: Perda de objeto. 3. Posto Marinho Três Corações Ltda., Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação, Três Corações/MG, Processo SLA nº 5117/2021, Classe 2. Motivo: Perda de objeto. 4. JCV Participações Ltda., Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muare, ovinos e caprinos, em regime extensivo, São José da Barra/MG, Processo SLA nº 3165/2020, Classe 2. Motivo: Perda de objeto. 5. Laticínios Sibiria Ltda., Fabricação de produtos de laticínios, exceto envase de leite fluido, Marmelópolis/MG, Processo nº 49294266/2019, Classe 2. Motivo: Perda de objeto.

(a) Frederico Augusto Massote Bonifácio.
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Sul de Minas.

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Sul de Minas torna público que foi requerida a Licença Ambiental Simplificada na modalidade LAS/Cadastro abaixo identificada, com decisão pelo indeferimento:

1) José Alberto Alves - Laticínios Jose do Queijo, Fabricação de produtos de laticínios, exceto envase de leite fluido, Carvalhos/MG, Processo nº 216/2021. Motivo: Solicitação já foi atendida através do Processo: 454/2021.

(a) Frederico Augusto Massote Bonifácio.
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental do Sul de Minas.

20 2026655 - I

A Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Norte de Minas, torna público que o requerente abaixo identificado solicitou:

- LAC I - Licença Prévia concomitante com a Licença de Instalação e a Licença de Operação: 1) Fort Rock Mineração Ltda. - Lavra a céu aberto - Rochas ornamentais e de revestimento, Pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento, pegmatitos, gemas e minerais não metálicos e Estrada para transporte de minério/estéril externa aos limites de empreendimentos minerários, Serranópolis de Minas/MG, PA/nº 4658/2024 ANM 832184/2021 - Classe 4. Requerimento para Intervenção Ambiental vinculado - PA nº. 2090.01.0029376/2024-82.

(a) Mônica Veloso de Oliveira.
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Norte de Minas.

20 2026535 - I

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana, torna público que foi requerida a Licença Ambiental Simplificada na modalidade LAS/Cadastro abaixo identificada, com decisão pelo deferimento, cujo prazo de validade é de 10 (dez) anos: 1) Cimcop S/A – Engenharia e Construções, transporte rodoviário de produtos e resíduos perigosos, Belo Horizonte/MG, Processo nº 4717/2024.

(a) Mateus Romão Oliveira
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Central Metropolitana.

20 2026571 - I

DIÁRIO DO EXECUTIVO

A Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Norte de Minas torna público que os requerentes abaixo identificados solicitaram: - Licenciamento Ambiental Simplificado na modalidade LAS RAS:

- 1) GS Empreendimentos e Incorporadora Eireli, - Lavra a céu aberto - Minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento e Disposição de estéril ou de rejeito inerte e não inerte da mineração (classe II-A e IIB, segundo a NBR 10.004) em cava de mina, em caráter temporário ou definitivo, sem necessidade de construção de barramento para contenção – São João do Paraíso/MG - PA/nº 4632/2024 ANM 830.082/2017 - Classe 2.
- 2) Jânio Dárcio Miranda Gonçalves - Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil – Espinosa e Mamonas/MG - PA/nº 4554/2024 ANM 830.673/2017 - Classe 2.
- 3) Baltazar Alves de Souza - Lavra a céu aberto - Minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento e Disposição de estéril ou de rejeito inerte e não inerte da mineração (classe II-A e IIB, segundo a NBR 10.004) em cava de mina, em caráter temporário ou definitivo, sem necessidade de construção de barramento para contenção – Indaiabira/MG - PA/nº 4521/2024 ANM 830.296/2017 - Classe 2.

(a) Mônica Veloso de Oliveira.
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Norte de Minas.

20 2026505 - I

A Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Norte de Minas, torna público que foi firmado o Primeiro Aditivo ao Termo de Ajustamento de Conduta do processo abaixo identificado:

1) Rima Industrial S/A - Fazenda Sobrado/Santa Clara - Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvopastoris, exceto horticultura; Produção de carvão vegetal oriunda de floresta plantada; Horticultura (floricultura, olericultura, fruticultura anual, viveiricultura e cultura de ervas medicinais e aromáticas); Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação, Cristália e Botumirim/MG, PA/nº 462/2023, Classe 4. Vigência: 12 (doze) meses, contados a partir de 15/09/2024.

(a) Mônica Veloso de Oliveira
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Norte de Minas

20 2026749 - I

A Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Norte de Minas torna público o arquivamento do processo de Licenciamento Ambiental abaixo identificado:

- LAC 2 – Licença de Operação Corretiva: 1) Osmar Domingos da Mota/Fazenda Bhavnagar e Outras - Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muare, ovinos e caprinos, em regime de confinamento; Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muare, ovinos e caprinos, em regime extensivo; Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvopastoris, exceto horticultura - Joaquim Felício/MG, PA/nº 2527/2023- Classe 4. Motivo: Não atendimento de forma satisfatória a solicitação de informação complementar.

(a) Mônica Veloso de Oliveira
Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Norte de Minas

20 2026727 - I

Conselho Estadual de Recursos Hídricos - Cerh-MG

DELIBERAÇÃO CERH-MG Nº 616, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2024.

Dispõe sobre a equiparação de entidade para exercer as funções de Agência de Bacia Hidrográfica dos Comitês de Bacias Hidrográficas dos afluentes mineiros do Rio São Francisco.

O CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DE MINAS GERAIS – CERH-MG, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Estadual nº 13.199, de 29 de janeiro de 1999, pelo Decreto Estadual nº 48.209 de 18 de junho de 2021 e pela Deliberação Normativa CERH-MG nº 77, de 1º de agosto de 2022. DELIBERA:

Art. 1º - Fica aprovada a equiparação da Agência de Bacia Hidrográfica Peixe Vivo – Agência Peixe Vivo – para exercer até o dia 31 de dezembro de 2027, as funções de Agência de Bacia Hidrográfica dos Comitês de Bacias Hidrográficas dos Afluentes do Rio São Francisco (CH SF1, CH SF4, CH SF6, CH SF7, CH SF8, CH SF9 e CH SF10), conforme atribuições definidas no artigo 45, da Lei Estadual nº 13.199, de 29 de janeiro de 1999.

Art. 2º - Fica aprovada a destinação do percentual de sete vírgula cinco por cento do recurso arrecadado com a Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos para o pagamento das despesas de custeio da Agência de Bacia Hidrográfica Peixe Vivo - Agência Peixe Vivo - nas funções de Agência de Bacia Hidrográfica dos Comitês de Bacias Hidrográficas dos afluentes mineiros do Rio São Francisco, conforme disposto no inciso II do art. 28 da Lei nº 13.199/99.

Art. 3º – Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 11 de dezembro de 2024.

Marília Carvalho de Melo
Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Presidente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais

20 2026393 - I

Instituto Estadual de Florestas - IEF

Diretor-Geral: Breno Esteves Lasmar

CONCESSÃO DE AIA

A Supervisora Regional da URFBio Rio Doce do IEF torna público que foi concedida Autorização para Intervenção Ambiental, conforme o processo abaixo identificado:

* Vale S.A./ Fazenda Brucutu- CNPJ: xx.592.xxx/0447-98. Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo 0,54 ha; Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas 4 ha; Fazenda Brucutu- São Gonçalo do Rio Abaixo- MG, 2100.01.0028240/2024-40. Validade: 3 (três) anos, contados da data da emissão da decisão 13/12/2024.

(a) Ariane Cristine Araújo Goulart
Supervisora da Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade Rio Doce

20 2026379 - I

REQUERIMENTO DE AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

A Supervisora Regional da URFBio Jequitinhonha do IEF torna público que a requerente abaixo identificada solicitou Autorização para Intervenção Ambiental, conforme o processo abaixo identificado: * Aperam Bioenergia Ltda/Fazenda Jiboiá-Tamboril - CNPJ 18.***.***.90, Supressão de cobertura vegetal nativa,para uso alternativo do soloem 2.962,94 ha, Processo Nº 2100.01.0047217/2024-15 em 20/12/2024.

Eliana Piedade Alves Machado.
Supervisora Regional URFBio Jequitinhonha.

20 2026400 - I

O Supervisor Regional da URFBio Sul do IEF torna público que os requerentes abaixo identificados solicitaram Autorização para Intervenção Ambiental, conforme os processos abaixo identificados:

*Concessionária Rodovias do Sul de Minas SPE S.A./MG-290 (quilômetros KM36+850 ao KM37+900, KM 87+200 ao KM 88+800, KM 91+900 e KM 92+950) - CNPJ 48.127.008/0001-40 - Tipos de intervenções: Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo; Intervenção com e sem supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente; Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas - Jacutinga/MG - Processo Nº 2100.01.0047203/2024-05; em 18/12/2024. *Joyce da Rosa Raimundo/Imóvel Lote 08 da quadra 26 - CPF 08*.***.***-74 - Tipo de intervenção: Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo - Camanducaia/MG - Processo Nº 2100.01.0047070/2024-07; em 19/12/2024.

*Nova Visão Administração e Participações Ltda/Fazenda Olaria - CNPJ 05.476.801/0001-41 - Tipo de intervenção: Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo - Monte Santo de Minas/MG - Processo SEI Nº 2100.01.0047270/2024-39; em 20/12/2024.

(a) Ronaldo Carvalho de Figueiredo.
O Supervisor Regional URFBio Sul.

20 2026695 - I

REQUERIMENTO DE AIA

O Supervisor Regional da URFBio Nordeste do IEF torna público que o(s) requerente(s) abaixo identificado(s) solicitou(ram) Autorização para Intervenção Ambiental por meio de Documento Autorizativo para Intervenção Ambiental – DAIA, conforme o(s) processo(s) abaixo identificado(s).

*Mineração João Wolff Ltda./Fazenda Boa Vista – CNPJ 38.xxx.xxx/xxxx-68 - Tipo de Intervenção: Supressão da cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo (0,17 ha) – Teófilo Otoni/MG – Processo nº 2100.01.0027420/2024-64; em 29/08/2024.

(a)Luiz Cláudio Pena Ferreira
Supervisor Regional URFBio Nordeste

INDEFERIMENTO DE AIA

O Supervisor Regional da URFBio Nordeste do IEF torna público que foi indeferido requerimento de Autorização para Intervenção Ambiental do(s) processo(s) abaixo identificado(s):

*Bruno Silva Dias/Fazenda Serrana e São João – CPF: 249.xxx.xxx-34, Tipo de intervenção: Supressão da cobertura vegetal nativa para uso alternativo do solo; Almenara/MG, P.A. nº 2100.01.0025410/2024-14, Data da decisão em 19/12/2024.

(a)Luiz Cláudio Pena Ferreira
Supervisor Regional URFBio Nordeste.

20 2026322 - I

INFORMA DA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

O Supervisor Regional do IEF da URFBIO METROPOLITANA, no uso de suas atribuições, torna público que os requerentes abaixo identificados solicitaram Autorização para Intervenção Ambiental conforme processos abaixo identificados: – SERTA TRANSFORMADORES, INDÚSTRIA, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA – Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo – Santa Luzia/MG - SEI Nº 2100.01.0045190/2024-36.- VALE S.A. – Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente – APP – São Joaquim de Bicas/MG - SEI Nº 2100.01.0045328/2024-93.- MATHEUS FERBER DRUMOND – Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo – Rio Acima/MG - SEI Nº 2100.01.0045805/2024-18.- COMERCIAL GRÃO DE AREIA LTDA – Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo – Esmeraldas/MG - SEI Nº 2100.01.0046927/2024-85.

(a) Ronaldo José Ferreira Magalhães

20 2026232 - I

O(A) Diretor(a)-Geral do(a) Instituto Estadual de Florestas designa, nos termos da Lei Delegada nº 175, de 26 de janeiro de 2007, e do Decreto nº 45.537, de 27 de janeiro de 2011, ROBERTO MARCINE DE OLIVEIRA NUNES, MASP 1020848-6, para a função gratificada FGI-4 FL1100313.

20 2026752 - I

PORTARIA IEF Nº 78 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2024

Dispõe sobre normas e procedimentos administrativos para a autorização para prestação do serviço de comercialização de alimentos em unidades de conservação estaduais administradas pelo Instituto Estadual de Florestas.

O DIRETOR GERAL DO INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS,no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 14 do Decreto Estadual nº 47.892 de 23 de março de 2020, e com respaldo na Lei nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016, na Lei nº 20.922 de 16 de outubro de 2013, na Lei Federal nº 9.985 de 18 de julho de 2000 e no Decreto Federal nº 4.340 de 22 de agosto de 2002, e combase na Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º- A presente portaria regulamenta a autorização para prestação do serviço de comercialização de alimentos em unidades de conservação estaduais administradas pelo Instituto Estadual de Florestas –IEF.

§ 1º – A contratação do serviço de alimentação para os visitantes é opcional.

§ 2º – A utilização do serviço de alimentação pelos visitantes será ajustada exclusivamente com os prestadores autorizados.

§ 3º – O IEF não se responsabiliza:

- I – por prejuízos ou descumprimentos decorrentes da execução do serviço de comercialização de alimentos;
- II – pelos valores cobrados e pelas condições de pagamento estabelecidas pelo prestador autorizado.

Art. 2º- Para os fins previstos nesta portaria entende-se por:

- I – alimentos preparados: alimentos manipulados e preparados em serviços de alimentação, disponibilizados para a venda, embalados ou não, que se subdividem em três categorias: a) alimentos cozidos, mantidos quentes e prontos para consumo;
- b) alimentos cozidos, mantidos refrigerados, congelados ou à temperatura ambiente, que necessitam ou não de aquecimento antes do consumo;
- c) alimentos crus, mantidos refrigerados ou à temperatura ambiente, prontos para consumo.

II – área para consumação: área, coberta ou não, ocupada com mobiliários e equipamentos destinados à consumação de alimentos, tais como mesas e cadeiras;

III – autorização: ato Administrativo do IEF, de caráter unilateral, precário, pessoal e intransferível, por meio do qual é permitida a prestação do serviço de comercialização de alimentos no interior de unidade de conservação estadual;

IV – autorizado: pessoa física que possui autorização do IEF para realizar a prestação de serviço de comercialização de alimentos no interior de unidade de conservação estadual;

V – boas práticas: procedimentos que devem ser adotados por serviços de alimentação a fim de garantir a qualidade higiênico-sanitária e a conformidade dos alimentos com a legislação sanitária;

VI – desinfecção: operação destinada à redução, por método físico ou agente químico, do número de microrganismos a um nível que não comprometa a qualidade higiênico-sanitária do alimento;

VII – edital para credenciamento: procedimento realizado pela unidade de conservação e Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade do IEF - URFBio, necessário para a emissão da autorização aos interessados;

VIII – habilitação: fase em que a pessoa física pretendente a autorização apresenta documentações com vistas a atender todos os requisitos solicitados no edital para credenciamento;

IX – higienização: operação que compreende duas etapas, a limpeza e a desinfecção de alimentos;

X – limpeza: operação de remoção de substâncias minerais ou orgânicas indesejáveis;

XI – manipulação de alimentos: operações efetuadas sobre a matéria-prima para obtenção e entrega ao consumo do alimento preparado, envolvendo as etapas de preparação, embalagem, armazenamento, transporte, distribuição e exposição à venda;

SÁBADO, 21 DE DEZEMBRO DE 2024 – 49

XII – prestador de serviço: pessoa física interessada em realizar a prestação de serviço de comercialização de alimentos no interior das unidades de conservação estaduais;

XIII – produto ou alimento perecível: produto alimentício, “in natura”, semipreparado, industrializado ou preparado pronto para o consumo que, pela sua natureza ou composição, necessita de condições especiais de temperatura para sua conservação;

XIV – produto ou alimento não perecível: produto alimentício que, pela sua natureza e composição, pode ser mantido em temperatura ambiente até seu consumo e não necessita de condições especiais de conservação, desde que observadas as condições de conservação e armazenamento adequadas, as características intrínsecas dos alimentos e bebidas, o tempo de vida útil e o prazo de validade.

CAPÍTULO II

DAS CATEGORIAS E DA OPERAÇÃO

Art. 3º– A comercialização de alimentos realizada por prestadores de serviço autorizados em unidades de conservação estaduais compreende a venda direta, em caráter eventual, em estrutura fixa ou móvel, nas seguintes categorias:

I – categoria A: alimentos comercializados em veículo automotor ou rebocável adaptado, com instalações que propiciem o desenvolvimento de operações mínimas de manipulação e armazenamento de alimentos e com sistema autônomo de água e depósito dos respectivos resíduos líquidos gerados;

II – categoria B: alimentos comercializados em veículo de propulsão humana, dotado de duas rodas, correspondente a uma bicicleta adaptada ou veículo similar, que permita o desenvolvimento de operações mínimas de manipulação e armazenamento de alimentos;

III – categoria C: alimentos comercializados em barracas desmontáveis, adaptados para o desenvolvimento de operações mínimas de manipulação e armazenamento de alimentos;

IV – categoria D: alimentos comercializados em carrinhos ou tabuleiros, assim considerados os equipamentos tracionados, impulsionados ou carregados pela força humana, que não possuam espaços físicos para manipulação de alimentos.

Parágrafo único – As categorias a que se referem os incisos deste artigo deverão estar previstas no edital de credenciamento, podendo ser especificadas suas dimensões, conforme particularidades da unidade de conservação.

Art. 4º– Poderão ser autorizados para a comercialização no interior das unidades de conservação, alimentos preparados e produtos alimentícios industrializados prontos para consumo, perecíveis ou não perecíveis.

§1º – Os grupos de alimentos permitidos deverão estar descritos no edital para credenciamento.

§2º – Somente será permitida a comercialização de produtos ou alimentos perecíveis mediante a disponibilização de equipamentos específicos capazes de assegurar as condições necessárias à conservação dos alimentos resfriados, congelados ou aquecidos.

Art. 5º– A área ocupada pelos prestadores de serviço de alimentação que se enquadram nas Categorias A, B e C poderão ser complementadas com uma área para consumação, contendo estruturas como toldos retráteis, cadeiras e mesas, respeitados os limites máximos de áreas definidos pela Unidade de Conservação.

Parágrafo único – A disposição e a quantidade de mesas e cadeiras para cada prestador de serviço deverão ser aprovadas pela unidade de conservação e poderão ser alteradas, observadas as normas sanitárias e de visitação vigentes.

Art. 6º– Os prestadores de serviço de alimentação deverão informar previamente a necessidade de utilização de veículos para o transporte das estruturas e produtos, a fim de que a unidade de conservação possa autorizar a entrada dos veículos, nos casos de vias não abertas ao tráfego.

§1º – Nos casos indicados nocabut, o deslocamento dos veículos deverá ocorrer preferencialmente antes e após o horário de visitação.

§2º – Os prestadores de serviço pertencentes às categorias B e D deverão indicar, na fase de habilitação para obtenção da autorização, se a operação será realizada de modo estacionário ou não.

Art. 7º– Os pontos de ancoragem e cabos de fixação de tendas removíveis devem ser constituídos de materiais revestidos e devidamente sinalizados, não podendo apresentar riscos a terceiros.

CAPÍTULO III DA AUTORIZAÇÃO

Seção I

Do Processo de Credenciamento e Autorização

Art. 8º– A prestação do serviço de comercialização de alimentos em unidades de conservação estaduais depende de autorização específica, que será emitida pela unidade de conservação, após cumprimento de procedimento formalizado segundo as seguintes etapas:

I – elaboração e divulgação, pelo IEF, do edital para credenciamento, contendo as especificações para emissão da autorização para a prestação do serviço de comercialização de alimentos na Unidade de Conservação, conforme Anexo IV desta portaria;

II – abertura do processo de comercialização aos prestadores de serviço interessados em realizar a comercialização de alimentos na unidade de conservação, observados os prazos indicados no edital;

III – preenchimento dos Anexos I e II desta portaria pelo prestador de serviço, e análise pelo IEF quanto ao cumprimento das exigências indicadas em edital;

IV – publicação, pelo IEF, da lista de prestadores de serviços habilitados ao credenciamento;

V – emissão da autorização pelo IEF, conforme Anexo III desta portaria;

VI – publicação, pelo IEF, da lista final dos autorizados.

Parágrafo único - A autorização para prestação do serviço de alimentação poderá ser concedida somente pela unidade de conservação que dispuser de plano de manejo.

Seção II

Do Edital para Credenciamento

Art. 9º– A unidade de conservação que tiver interesse em credenciar prestadores de serviço para realizar a comercialização de alimentos em seus limites deverá elaborar um edital para credenciamento seguindo o modelo disposto no Anexo IV desta portaria.

Parágrafo único – A alteração da estrutura prevista no edital para credenciamento do Anexo IV exigirá nova análise jurídica, exceto as alterações exclusivamente de cunho técnico, como informações e características da unidade de conservação, vigência, categorias de equipamentos, grupos de alimentos, entre outras indicadas como alteráveis na minuta de edital.

Art. 10– O edital para credenciamento deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

I – breve descrição sobre a unidade de conservação e informações gerais sobre a prestação do serviço de comercialização de alimentos em seu interior;

II – informações específicas da operação do serviço de comercialização de alimentos, com a definição dos locais e períodos onde poderá ocorrer a comercialização, das categorias de equipamentos e estruturas que poderão ser utilizadas e dos grupos de alimentos que poderão ser comercializados;

III – documentação necessária para o processo de credenciamento e requisitos mínimos a serem comprovados pelo prestador de serviço;

IV – cronograma de habilitação e credenciamento;

V – informações específicas sobre as formas de identificação do prestador de serviço autorizado, quando couber;

VI – obrigações e vedações do prestador de serviço autorizado na operação comercial no interior da unidade de conservação, conforme disposto no Capítulo IV desta portaria;

VII – condições gerais do edital como vigência, revogação e sua forma de publicação;</